

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC**

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA 396

Aos 31 dias do mês de março de 2011, com início às 10h00, realiza-se no Planetário – Parque Portugal – Portão 07, a trecentésima nonagésima sexta reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, sob a presidência de Renata Sunega e com a presença dos seguintes conselheiros: Ricardo Luiz Bueno Ferrari, titular do Gabinete do Prefeito Municipal – Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura – Rosana Guimarães Bernardo, titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – Valéria Murad Birolli, titular da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania – Daisy Serra Ribeiro, Fabíola Rodrigues, titular e segunda suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) – Régis Romano Maciel, titular do Sindicato Rural de Campinas – Marcelo Alexandre Juliano, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Jamil Cury Sawaya, titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC – Annibal de Lemos Couto, titular do Centro de Ciências, Letras e Artes – Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Renato Ferraz de Arruda Veiga, titular do Instituto Agrônomo de Campinas – Welton Nahas Cury, titular da HABICAMP – Armando de Almeida Filho, suplente do Sindicato da Indústria e Construção Civil – SINDUSCON – João Manuel Verde dos Santos, titular da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura – AREA – Roberto Baldin Simionatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas – Herberto Aparecido Guimarães, conselheiro emérito. **EXPEDIENTE:** Apreciação da ATA 395. **COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** A presidente Renata Sunega cumprimenta a todos e inicia a reunião. Justifica a presença dos representantes da ACIC Adriana Flosi e Edvaldo de Souza Pinto, assim como da conselheira Regina Márcia Moura Tavares que se encontra adoentada. Coloca em apreciação a Ata 395 – **APROVADA.** Informa que ontem, quarta-feira, recebeu o Presidente da Ponte Preta acompanhado de dois Gestores, que lhe apresentaram um ofício solicitando que se apresse o estudo do Estádio Moisés Lucarelli por conta de negociações pendentes. Continuando diz que tanto o Presidente como os gestores se colocaram à disposição para visitas ao local assim como fornecer toda a documentação histórica do local. **COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:** O conselheiro Sérgio Caponi diz que o entorno da Catedral Metropolitana está caótico, principalmente pela questão das pessoas que habitam o local. A Guarda Municipal não faz nada com relação aos mendigos que ali fizeram sua moradia. Além da ciclovia que impede o acesso dos fiéis aos domingos à Igreja, é dum descaso. A Catedral é a maior obra de Arete arquitetônica de Campinas, é um monumento tombado que não pode ficar isolado. Com relação aos mendigos, se outros Prefeitos têm dinheiro para levá-

los embora, por que Campinas não tem? Continuando diz que há uma lei que não pode dormir nenhuma pessoa na rua. Que a Guarda Municipal, a Assistência Social façam alguma coisa. Sem contar as barracas no entorno da Catedral, que também atrapalham a entrada e saída dos fiéis. A presidente Renata Sunega explica que há uma Lei Municipal que regulamenta a lavagem da Catedral e na Lei consta a permissão das barracas para sustentação do evento. O conselheiro Sérgio Caponi fala que na Semana Santa, quando a procissão chega à Catedral, tem que desviar das barracas dos umbandistas. O conselheiro Herberto Guimarães coloca que o grande problema é não passar para o emocional. Estamos falando de espaço histórico e não se deve entrar na causa religiosa. Aquele espaço não é de nenhum segmento religioso, o espaço é para o povo. Durante o ano, quantos dias têm barraca de outra religião? O uso é público. O conselheiro Sérgio Caponi informa que há um problema com a estátua de D. Nery que se encontra em frente à Catedral – símbolo da Cúria – e que está sendo defraudado, pois estão levando o bronze que faz parte da estátua; tudo isso em um espaço que teoricamente teria que ter Guarda Municipal 24 h por dia. Sem contar que o rebaixamento do lençol freático do Banco Itaú está propiciando rachaduras na Catedral com duas trincas de lado a lado no Altar Mor. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos comenta sobre o calçamento que existe atrás da Catedral, pela Rua José Paulino, para a diminuição da velocidade dos carros e ônibus, mas que pela trepidação também interfere nas paredes da Igreja. O conselheiro Sérgio Caponi reafirma a necessidade de cuidados na Catedral, pois se começar um incêndio ninguém apaga. Campinas tem este Conselho que se diz preservador do patrimônio cultural de Campinas, mas a Catedral é o maior bem e é de uma beleza descomunal. É emocional, pede desculpas pelo seu arroubo, mas isso é amor, ama Campinas. A presidente Renata Sunega coloca que se pode acionar a EMDEC solicitando que ao invés dos obstáculos para diminuição de velocidade atrás da Catedral, que se coloque um radar de 40 km por hora e encaminhar um Ofício à Secretaria de Segurança Pública. Os funcionários da Secretaria de Segurança Pública não fazem abordagem, mas dão apoio à Secretaria de Assistência Social, podendo principalmente nesse caso, trabalhar em conjunto no entorno da Catedral. O conselheiro Jamil Cury diz que representa a PUCC no Conselho e que às sextas-feiras trabalha na Catedral. Com relação à questão religiosa, transcende, mas em relação à própria Catedral, está decepcionado. Já tentou resolver o problema do entorno, desde prostituição durante o dia, drogas no final da tarde, sem contar os mendigos. Como não há sanitários públicos, durante a semana, a população circundante, utiliza os banheiros da própria Catedral. O maior problema são os turistas que ficam encantados com a Catedral, mas se decepcionam com o que vêem do lado de fora. O conselheiro Herberto Guimarães diz que na Lei 5885/87, onde há determinação das funções do CONDEPACC, diz que temos a função de polícia e ninguém pode mexer em um bem sem nossa autorização. O Templo não pode ser vilipendiado, a Guarda Municipal tem como sua função guardar os bens públicos. Nós não temos que pedir e sim determinar. Podemos multar, podemos dar voz de prisão. Temos a plena legalidade de ação, mas não fazemos. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro diz que a exemplo das

bancas e barracas que prejudicavam a visibilidade dos bens tombados e que foi feita uma Resolução delimitando; podemos com relação ao trânsito da Rua José Paulino (que passa atrás da Catedral) enviar um Ofício à SETRANSP pedindo providências urgentes. O conselheiro Herberto Guimarães expõe que hoje já devemos ter uma diretriz com as determinações do Conselho. A conselheira Rosana Bernardo fala que não sabe se compete ao Conselho ter um posicionamento hoje. Talvez possamos formar uma Comissão para fazer uma vistoria e apontar todas as necessidades do entorno e da própria Catedral. Devemos nos esforçar para que essa Comissão com 2 ou 3 representantes mais a CSPC, possa identificar os problemas relacionados ao bem. O conselheiro Sérgio Caponi lembra que na época que o Teatro foi demolido, não tinha CONDEPACC. Continuando diz que o conselheiro Herberto Guimarães com muita sabedoria sabe frear seus arroubos, além de indicar posicionamentos. O conselheiro Régis Romano Maciel comenta sobre a questão de mudança de nome do Aeroporto de Campinas. Temos gratidão por muitos vultos e por muitos nomes da Cidade, antes do ex-governador que veio a falecer. Que esta Ata chegue e sensibilize aos que estão querendo mudar o nome de Viracopos. O conselheiro Sérgio Caponi sugere que o nome Viracopos seja tombado pelo Conselho. O conselheiro Herberto Guimarães diz que é um bem intangível, mas podemos tomar o nome. **ORDEM DO DIA: a – Protocolado nº. 09/10/38954 PG.** Interessado: Academia Paulista de Letras. Assunto: pedido de abertura de Processo de Estudo de Tombamento da “Casa do Sol” – Imóvel à Rua João Caetano Monteiro s/nº. – QT. 5605 – QD. B – Parque Xangrilá (Casa da Escritora Hilda Hilst) - após cumprimento do Decreto nº. 15.471/06. A presidente Renata Sunega explica que é uma casa que tem um pátio central com arcos. Foi construída pela escritora para sua própria moradia e também local de passagem de muitos escritores. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro informa que esta solicitação passou pelo Conselho e foi aprovado seu encaminhamento às Secretarias de: Assuntos Jurídicos, Planejamento e Urbanismo, que devolveram com seus pareceres favoráveis. Apesar de a solicitação inicial ser através da Academia Paulista de Letras, os herdeiros também se interessam para que haja o tombamento. O conselheiro Sérgio Caponi se coloca à disposição para ser o relator do estudo de tombamento. O conselheiro Welton Nahas Cury diz que o bem em si não é patrimônio histórico, a vida da escritora sim, cabe uma análise literária; mas como arquitetura não tem grande significado. A presidente Renata Sunega enfatiza que o pedido da Academia Paulista de Letras é em cima da memória que é muito importante. A conselheira Rosana Bernardo fala que não se pode induzir o uso. É um bairro residencial e não permite utilização pública. A presidente Renata Sunega explica que conhece a casa que fica em uma chácara, é um loteamento; não cabe ao Conselho determinar o uso. A conselheira Valéria Murad pede que os Conselheiros leiam, pois a conceituação colocada pela Academia é muito bonita. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro especifica que para qualquer questionamento é necessário primeiramente o estudo do local. Após o estudo, o Conselho decide se deve ou não tomar. Continuando diz que pessoalmente não tem um posicionamento ainda, somente vai poder se posicionar após levantamento e estudo do bem. O

conselheiro Welton Nahas Cury diz que não tem entendimento do assunto e o interesse da família é emocional. A presidente Renata Sunega coloca em votação – **APROVADA por unanimidade a ABERTURA DE ESTUDO DE TOMBAMENTO DA “CASA DO Sol”**. O Conselho **APROVOU por unanimidade a abertura de Processo de Estudo de Tombamento nº. 002/11 - “Casa do Sol”** localizada à Rua João Caetano Monteiro s/nº. – QT. 5605 – QD. B – Parque Xangrilá (**casa da escritora Hilda Hilst**). / **b – Apresentação de Estudo para Tombamento do Processo nº. 020/04 – “Conjunto Arquitetônico da Fazenda Três Pedras”** – localizada em Joaquim Egídio. Esta fazenda é originária do final do século XIX, no período de formação do ciclo cafeeiro, correspondendo às edificações operacionais e administrativas, delimitadas pela murada de taipa. Os conjuntos operacionais referem-se à senzala, ao terreiro de café, às tulhas, aos canais d’água. O conjunto administrativo é formado pela própria casa sede. Pesquisa e apresentação pela técnica da CSPC Sandra Geraldi Milne-Watson (arquiteta). A presidente Renata Sunega explica que o estudo está sendo apresentado novamente depois de vistas do conselheiro Herberto Guimarães. A arquiteta Sandra Geraldi Milne-Watson faz a apresentação: **“A) Justificativas para o tombamento do Conjunto Arquitetônico e natural da Fazenda Três Pedras:** 1. Preservação de um exemplar característico das fazendas de café Campinas no auge do ciclo econômico, representada pela casa sede e os vários fragmentos edificadas rurais que compõem a fazenda Três Pedras (estábulo, senzala, curral, paiol, moinho, depósitos e habitações para colonos); 2. Manutenção das técnicas construtivas remanescentes do século XIX, tendo em vista as obras de recuperação e de novas intervenções por que passou no decorrer dos últimos anos. **B) Diretrizes de tombamento do Conjunto Arquitetônico remanescente da fazenda Três Pedras,** a partir da proteção dos elementos listados a seguir: **1. Casa sede:** Todas as fachadas; Volumetria; Distribuição interna; Revestimentos internos e externos da edificação; **2. Muros de Taipa que contornam a casa sede, a antiga senzala, os terreiros de café:** Manutenção de toda sua extensão; Cobertura em telhas de barro; Revestimento dos muros de taipa; **3. Antiga Senzala:** Todas as fachadas; Volumetria; **4. Antiga Casa do Capataz:** Todas as fachadas; Volumetria; **5. Antiga Tulha:** Todas as fachadas; Volumetria; **6. Antiga Colônia:** Todas as fachadas; Volumetria; **7. Antigos Depósitos:** Todas as fachadas; Volumetria; **8. Antigo Moinho / Paiol:** Todas as fachadas; Volumetria. **Descrição da Poligonal da área a ser tombada da Fazenda Três Pedras (área total aproximada de 5 alq.):** Inicia na extremidade do muro de taipa a sudoeste da casa sede, seguindo linearmente uma extensão de 67 metros, declinando em ângulo de 90° à direita, seguindo linearmente 107 metros, onde encontra um raio de curva com 30 metros num ângulo de no máximo 180°, seguindo linearmente um extensão de 85, 50 metros, onde encontra um raio de curva de 37,00 metros, seguindo em linha reta com uma extensão de 40 metros lineares até encontrar a ponte sobre o córrego existente, declinando à direita em ângulo de 80°, seguindo linearmente sobre o córrego existente 37 metros, declinando levemente à direita em 40 metros lineares, seguindo novamente à direita por mais 56 metros lineares, declinando

suavemente à esquerda e prosseguindo em linha reta sobre o córrego uma extensão de 185 metros lineares, declinando à direita um ângulo de 110° em uma extensão de 81 metros lineares às margens do rio Atibaia, declinando novamente à direita em linha reta uma extensão de 224 metros, declinando à esquerda em ângulo de 45° percorrendo uma extensão linear de 88 metros, fechando esta poligonal ao encontrar com o seu ponto inicial". O conselheiro João Manuel Verde dos Santos pergunta o que está tombado pelo CONDEPHAAT. A arquiteta Sandra informa que o CONDEPHAAT tombou todas as construções apresentadas neste levantamento mais as Matas. O conselheiro Régis Romano Maciel pergunta qual é o sentido de estar tombado em nível estadual e estar sendo tombado em nível municipal. A conselheira Valéria Murad explica que são instâncias diferentes, uma trata de interesse local, a outra de interesse estadual. Ambas cuidam de forma específica de acordo com o que julgam de maior interesse. A arquiteta Sandra diz que particularmente acha muito relevante o tombamento por Campinas ainda ter aproximadamente 50% de área rural, perfazendo a área rural quase metade do Município. A presidente Renata Sunega coloca em votação – **APROVADO por unanimidade o TOMBAMENTO DO "CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA FAZENDA TRÊS PEDRAS"**. O Conselho **APROVOU por unanimidade o Tombamento do Processo nº. 020/04 – "Conjunto Arquitetônico da Fazenda Três Pedras"** – localizado em Joaquim Egídio. / c - **Apresentação de Estudo para Tombamento do Processo nº. 003/05 – "Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas"** – localizado à Avenida Brasil. Levantamento histórico e arquitetônico do Seminário. Pesquisa e apresentação por: Isla Andrade Pereira de Matos e Fabíola Rodrigues (técnica da CSPC). A presidente Renata Sunega passa a palavra para a conselheira e técnica da CSPC Fabíola Rodrigues que explica que o levantamento para o estudo foi feito por um grupo de estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É com satisfação que hoje a CSPC traz o estudo para apresentar aos Conselheiros. Pede para a estudante Isla de Matos que faça a apresentação: **"Justificativa para o tombamento:** - Estilo arquitetônico do prédio e sua diferenciação das demais construções do entorno; - Seu significado para a memória - lembrança e significação afetiva: *Atualmente se preserva um bem cultural não só pelo seu valor estético, arquitetônico ou histórico. Ele é preservado se tem significação para a comunidade em que está inserido e se essa preservação possibilita a melhoria da qualidade de vida de seus moradores e contribui para a construção de sua identidade cultural e o exercício da cidadania.* - Mais antigo seminário evangélico do Brasil e da América Latina; - Referência na formação de pastores e líderes evangélicos; - Importância para a comunidade evangélica como um todo e, em especial, presbiteriana; - Atua como órgão fomentador da educação, dispendo de ampla biblioteca especializada em Teologia. Diretrizes para a regulamentação do tombamento: **Grau de preservação:** - Preservação total das fachadas, do saguão de entrada, do jardim frontal e da volumetria do edifício, conservando a estética que se perpetuou desde sua construção. **Delimitação da área envoltória:** Terreno já compartilhado com outras edificações mais recentes. **Proposta de área envoltória: restrita ao próprio bem"**. Complementando

solicita que se mantenha o prédio sem o revestimento aparente, como tem se mantido desde a construção. O conselheiro Roberto Simionatto fala que o engenheiro fez um memorial e nesse memorial queria que o prédio tivesse o revestimento. A conselheira e técnica da CSPC Fabíola Rodrigues explica que a proposta hoje é que se mantenha do jeito que está. O vice-presidente Marcelo Juliano coloca que em não se cumprindo o memorial descritivo, estamos interferindo no direito autoral do engenheiro, mas o que fica na memória coletiva é o tijolo aparente. Acha muito complicado, talvez fosse necessário um estudo técnico mais aprofundado. Questiona a legalidade do autor, além de infiltração e tijolos caídos. O conselheiro Herberto Guimarães explica que essa questão da manutenção e conservação quem deve fazer é o proprietário, pois tem benesses da Lei para isso. Quando tombado se fecha a questão da intervenção do bem mesmo que anteriormente no memorial descritivo tenha sido indicado o revestimento. O conselheiro Roberto Simionatto questiona se terá sentido 40 anos depois do prédio construído cumprir o memorial. O conselheiro Herberto Guimarães diz que tem um memorial descritivo registrado, mas que se pode ou não cumprir. Se a intenção for retornar a inicial, não se tomba não se fecha a questão. A conselheira Fabíola Rodrigues informa que o memorial é de 1946 e previa o reboco interno e externo; mas memorial descritivo não é patente. O mesmo aconteceu em outros bens em Campinas como a própria Catedral que foi finalizada por Ramos de Azevedo e foi tombada como está. A nossa proposta é que seja tombado como está. O conselheiro Herberto Guimarães pergunta se há interesse dos proprietários retomarem o memorial descritivo. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro coloca que o Conselho é que deve determinar o que deve ser feito. Se houver o tombamento, os proprietários deverão manter o bem como está e como foi tombado, assim fica entendido o que a memória registrou. A conselheira Rosana Bernardo indaga se as obras que foram feitas no local foram autorizadas uma vez que o processo de estudo foi aberto em 2005. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro esclarece que as construções novas foram autorizadas pelo CONDEPACC. O conselheiro Sérgio Caponi pondera que nenhum o prédio construído bate com o memorial descritivo. Na Catedral tinha que ser feita a pintura em um entalhe e nunca foi feito. Se for feito o reboque no Seminário ninguém vai reconhecer o prédio. O conselheiro Herberto Guimarães coloca que vê a questão legal, é uma prevenção. Se o Habite-se é o Certificado de Conclusão de Obra quer dizer que o local estava em condições de habitabilidade. O conselheiro Welton Nahas Cury fala que o tijolo do prédio não é para ser aparente por isso há uma necessidade de ter uma análise técnica. Se for mexer pode desmoronar. O conselheiro Cláudio Orlandi informa que a questão da fachada de manter os tijolos como estão, não é motivo de preocupação; hoje temos várias técnicas para preservar. Como respeito à Entidade o próprio dono do imóvel pode abrir mão do memorial e gastar para impermeabilizar o que tem. A conselheira Valéria Murad parabeniza pelo levantamento, mas em seu ponto de vista não ficou clara a significância para o povo de Campinas. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro enfatiza que é total a significância, faz parte da memória das pessoas. Somando-se a isto o prédio tem alvará e

habite-se com a finalização construtiva de hoje. A conselheira Valéria Murad propõe que se adie a votação, pois quer entender onde tem muito valor. O conselheiro Herberto Guimarães diz que cada um tem o direito de expressar seu sentimento; cada pessoa pensa de uma maneira. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos coloca que para quem nasceu em Campinas aquele prédio tem muita relevância, é um marco; os marcos devem ser tombados. É lembrança cultural, lembrança histórica. Tem uma questão histórica e como tal deve ser mantido. O Seminário tem condições, hoje, para restaurar os tijolos. Tem como se fazer isso, lixando e passando impermeabilizantes de resina. Se rebocar acaba a lembrança histórica. Continuando diz que quanto ao memorial o mesmo é feito como uma base do projeto é uma complementação, nesses 60 anos nunca foi rebocado e o autor em nenhum momento questionou isso. O prédio está por 60 anos desse jeito, é uma cópia de um exemplar dos estados Unidos, mas faz parte da história da Cidade. O conselheiro Régis Romano Maciel diz não estar convencido de se manter o prédio. O conselheiro Renato Veiga diz ser favorável se manter como está. Sempre passa em frente, se apaixona pelo prédio, é lindo e o fato de ser cópia não tira a sua parte da história de Campinas. O conselheiro Sérgio Caponi lembra que quando estava com 3 anos passou pelo local com o pai; não tinha rua, tinha mato, um bambuzal e uma estradinha de terra; foi o Seminário que chamou o Jardim Guanabara. A discussão deveria se voltar ao reboque, pois se o mesmo tivesse sido colocado há 60 anos, o mesmo teria caído. O que acontece é que um ou outro tijolo pode se desgastar. Devemos tomar como está; a manutenção é do proprietário. A conselheira Fabíola Rodrigues fala do questionamento da conselheira Valéria Murad. Diz ser muito pertinente esclarecer, pois é um prédio muito importante para a comunidade evangélica, mas principalmente para os presbiterianos. Continuando diz que com relação aos tijolos, devemos considerar a arquitetura como suporte da memória. Essa configuração é o que permaneceu no imaginário popular. O conselheiro Sérgio Caponi questiona como será a área envoltória. O conselheiro Renato Veiga diz que há necessidade de um espaço aberto, que não precisa ser exatamente o jardim. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro propõe que se considere o Jardim Fronteiriço como parte do tombamento. A presidente Renata Sunega coloca em votação – **APROVADO, com duas abstenções dos conselheiros: Valéria Murad e Régis Romano Maciel, o TOMBAMENTO DO "SEMINÁRIO PRESBITERIANO DO SUL EM CAMPINAS" – Processo nº. 003/05.** O Conselho **APROVOU com duas abstenções o Tombamento do Processo de Tombamento nº. 003/05 - "Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas" localizado à Avenida Brasil nº. 1200 – Jardim Guanabara. / d – Apresentação pela técnica da CSPC Nádia Zakia Liam do "site" da CSPC – trabalho conjunto entre IMA e CSPC.** O Conselho solicitou que a apresentação do "site" da CSPC – trabalho conjunto com a IMA seja feita na próxima reunião. **REFERENDO DO CONSELHO – Ciência (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 1 – Ofício s/nº. – ACS Construção e Incorporação Ltda.** Assunto: contrato de parceria entre as empresas ACS Construção e Incorporação Ltda. e SER Eventos e Decorações Ltda. para a realização do evento Casa Cor Campinas

2011, a ser realizado na Rua Abolição 1000. O Conselho **referendou ciência dada pela CSPC** da assinatura de contrato de parceria entre as empresas ACS Construção e Incorporação Ltda. e SER Eventos e Decorações Ltda. para a realização do evento Casa Cor Campinas 2011, a ser realizado na Rua Abolição 1000. Nada mais havendo, a presidente Renata Sunega agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 31 de março de 2011.